

A negociação da Pauta Específica

Os precatórios

O pagamento dos precatórios é um dos principais pontos na pauta específica dos trabalhadores da Unesp. Durante a negociação do dia 6/12, o reitor voltou a afirmar que sua administração está empenhada em pagá-los. Para atingir tal objetivo, estabeleceu como política a inserção de rubrica própria sobre os precatórios no orçamento da Universidade. Para 2008, foram destinados R\$ 2,4 milhões, podendo este valor ser alterado, dependendo da disponibilidade financeira. Segundo apurou o Sintunesp, este valor só é suficiente para quitar os precatórios até 1996. Os anos de 1997, 1998, 1999 e 2000 ficariam para depois. De acordo com o pró-reitor de Administração, professor Júlio Cezar Durigan, a previsão de pagamento de todos os precatórios, que correspondem a R\$ 50,6 milhões, é de nove anos.

Ainda segundo Durigan, o pagamento será retomado de forma gradual. Ele informou a criação de uma comissão (com membros da APLO, PRAD e AJ) para estudar uma proposta de cronograma. Na reunião do CADE dos dias 17 e 18 de outubro, o representante técnico-administrativo Aurélio Teixeira, de Rio Claro, foi indicado para a comissão.

O Sintunesp e os representantes dos servidores, membros do "Chapão", questionam o pagamento de uma parcela tão pequena dos precatórios e lembram que a própria

reitoria vem afirmando dispor de uma reserva superior a R\$ 100 milhões em caixa. Ou seja, a situação financeira da instituição permite destinar um valor maior para pagamento dos precatórios.

Hospitais universitários

Uma das reivindicações da pauta específica é a redução da jornada de trabalho para o pessoal da área de saúde. O reitor disse novamente que não é possível atendê-la, alertando para os problemas enfrentados pela Unicamp na justiça. O diretor do Sintunesp Luiz Carlos de Freitas Melo informou ao reitor a existência de fortes boatos, novamente, de que os hospitais universitários serão desvinculados. O professor Macari deu sua opinião sobre o assunto, dizendo-se favorável à atualização.

O Sintunesp criticou a postura do reitor, frisando que há um grande temor por parte da categoria com a possibilidade de desvinculação. É importante que este debate se amplie nas universidades estaduais paulistas e entre seus trabalhadores, para que nenhuma proposta nos seja empurrada goela abaixo. Como ficaria a situação dos trabalhadores dos HU's?

Na pauta unificada de reivindicações entre docentes e servidores das universidades, em relação aos HU's, o Fórum das Seis pede: "Preservação da vinculação dos Hospitais Universitários com as universidades, aprimorando seu

caráter público, revertendo toda a forma de privatização e apropriação privada de sua capacidade instalada, com financiamento público adequado para o seu funcionamento, mantendo-os como importante instrumento da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão."

Pauta específica dos servidores das unidades experimentais

Cobrado sobre o atendimento da pauta específica dos servidores técnico-administrativos das unidades experimentais, o professor Macari disse que começou a visitá-las, mas que outros compromissos obrigaram-no a parar. O reitor informou que se reuniu com os prefeitos das cidades onde a Unesp tem campi experimentais e que todos concordaram em renovar o convênio. A exceção ficou por conta da prefeitura de Rosana, cuja prefeita solicitou audiência com o professor Macari para discussão do assunto. O reitor disse que todos os convênios serão submetidos aos mesmos critérios e que não serão concedidos privilégios a nenhuma das prefeituras.

Nova reunião

O professor Macari comprometeu-se a continuar discutindo os itens da pauta específica dos servidores, inclusive os das unidades experimentais, em nova reunião no mês de fevereiro.

Parecer jurídico considera irregular retenção de IR sobre o abono

O Departamento Jurídico do Sintunesp elaborou um estudo a respeito da legalidade ou não do desconto de Imposto de Renda (IR) sobre o abono de R\$ 400,00, recebido por servidores e docentes em novembro.

Os advogados da entidade consideram que o abono tem natureza indenizatória, ou seja, indeniza perda que ocorreu pela redução do poder de compra dos salários. Citando a legislação e diversas jurisprudências, eles concluem que recebimentos com caráter indenizatório não são passíveis de retenção de IR.

Um dos textos do parecer diz:

"Todo Tributo tem um fato gerador, no caso do IR este fato é a renda. O conceito de 'renda' derivado diretamente do artigo 153, III da Constituição Federal, é aquele que possibilita um acréscimo patrimonial ou riqueza nova. No caso das indenizações, inexistente geração de rendas ou proventos de qualquer natureza, pois há, apenas, uma reparação, em pecúnia, para a recomposição do patrimônio ao *status quo* ante. De outro lado, a indenização na forma de abono tem finalidade nitidamente reparatória,

afinal, existiu em virtude de uma compensação com a impossibilidade de se reajustar ou mesmo recompor as perdas salariais. A retenção é pois, em nosso modo de ver, indevida e os pagamentos a título de indenização não se inserem no conceito constitucional de 'renda' ou de 'proventos', constituindo-se mera 'reparação'."

O parecer do Departamento Jurídico do Sindicato foi apresentado ao reitor durante a negociação da pauta específica, no dia 6/12. O professor Macari comprometeu-se a remetê-lo ao Jurídico da Universidade, para que se posicione.

Ainda sobre a parcela fixa do reajuste...

Quebra de compromisso dos reitores está "entalada" na garganta. Em 2008, vamos voltar à carga

O ano de 2007 termina com um gosto amargo na boca de servidores e docentes das três universidades.

Embora tivessem se comprometido, por escrito, em conceder a parcela fixa do reajuste (R\$ 200,00 para todos), caso a arrecadação do ICMS ultrapassasse determinado valor, os reitores simplesmente jogaram a palavra no lixo. Com a maior cara de pau possível, alegaram ter cometido um "erro", pois não esperavam que o ICMS subisse como subiu.

Como foi amplamente divulgado, durante a data-base eles haviam se comprometido a conceder a parcela fixa se a arrecadação superasse o patamar de R\$ 43,620 bilhões (a previsão é que chegue a R\$ 45 bilhões!). Agora, o argumento é que isso compromete a carreira dos funcionários, o que não procede, como bem o demonstrou o Fórum das Seis em inúmeras oportunidades.

Em lugar da parcela fixa, eles limitaram-



Quanto vale a palavra destes reitores?

se a conceder 1,5% de reajuste (que se soma aos 3,37% de maio/2007) e um abono de R\$ 400,00 em novembro, para todos.

Eles estão fazendo caixa

O que acontece, na realidade, é que os reitores não contavam com o aumento do ICMS e, agora, preferem fazer caixa com o dinhei-

ro que deveria ser aplicado nos salários de servidores e docentes. Contraditoriamente, enquanto há um aumento na arrecadação, o nível de comprometimento do orçamento das universidades com a folha de pagamento é decrescente, como mostram dados divulgados pelo próprio Cruesp. De junho/2007 em diante, já considerado o reajuste de 3,37%, o comprometimento das três universidades com a folha foi caindo mês a mês. A redução em relação à média de janeiro a outubro chega a quase 5% no último mês.

Deu Chapão na cabeça!!!

Vitória da categoria! Vitória do compromisso com os trabalhadores e o ensino público!

A Unesp divulgou os resultados oficiais das eleições para os Órgãos Colegiados Centrais (CO, CADE, CEPE, CCEU, CCG e CPG), ocorridas nos dias 7 e 8 de novembro.

TODOS os candidatos inscritos pelo "Chapão das Entidades" foram eleitos. Trata-se de uma vitória esmagadora, construída com o compromisso destes candidatos em defender, intransigentemente, os interesses dos trabalhadores e da educação pública e de qualidade.

O mandato é de dois anos. Parabéns aos eleitos! Parabéns à categoria! A LUTA CONTINUA!

o compromisso assumido antes das eleições. A eleição dos candidatos do Chapão é a garantia de que os servidores técnico-administrativos continuarão sendo ouvidos nos Órgãos Colegiados Centrais e é a única forma que temos de amenizar a desigualdade no peso entre os três segmentos ("pesamos" apenas 15%). Fortalecidos com a eleição integral do Chapão, continuaremos a luta pela volta da paridade entre servidores, docentes e estudantes.

No site do Sintunesp (www.sintunesp.org.br), confira os nomes dos candidatos vencedores nas urnas.

Servidores públicos discutem situação do Iamspe. Sintunesp presente

Por Rosana Bicudo Silva *

A Frente Parlamentar em Defesa do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe), presidida pelo deputado Roberto Felício (PT), reuniu-se no dia 29/11, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, com a Comissão Consultiva Mista (CCM) do instituto e com mais de uma centena de servidores públicos para discutir a situação da entidade.

Os governos estaduais de São Paulo, particularmente desde 1995, vêm descumprindo sistematicamente suas obrigações para com o Iamspe, deixando de prover a entidade com o valor equivalente ao resultante do conjun-

to das contribuições dos servidores, correspondente a 2% da folha de pagamento. Desta forma, o governo estadual descumpra a legislação que rege a seguridade social no país, a qual determina que cabe à patronal contribuir para os sistemas de seguridade social com percentual no mínimo igual, ou superior, ao das contribuições empregados, para dar sustentação às instituições que prestam atendimento.

Quando falamos dos 2%, não estamos nos referindo ao total da arrecadação do Estado de São Paulo, que é de R\$ 90 bilhões/anual. Seria ótimo para o Iamspe. Na realidade, o total que vem da nossa contribuição é de R\$ 408 milhões; portanto, o governo deve contribuir paritariamente, ou seja, com mais R\$ 408 milhões.

Entre 1969 e 1995, o Estado destinou ao Iamspe valores médios anuais correspondentes a 30% do orçamento do Instituto. Tal aporte, na década de 1950, por exemplo, girava em torno de, pelo menos, 1,5% do total da folha de pagamento do funcionalismo estadual. Gostaria de lembrar que, dos 645 municípios paulistas, apenas 114 recebem atendimento. Sendo assim, muitos servidores públicos só conhecem o Iamspe através do desconto no seu holerite.

Nos últimos anos, o aporte de recursos do Tesouro para o Iamspe é quase residual, ou mesmo inexistente. No caso da Lei Orçamentária (2008), não há qualquer

Dos 645 municípios paulistas, apenas 114 recebem atendimento pelo Iamspe.

previsão neste sentido. Temos que pressionar os deputados para que garantam, na LDO, uma emenda financeira para o Iamspe. Se tal emenda for vetada pelo governo, que possamos contar com o compromisso dos deputados em derrubar o veto, tendo em vista que a ausência da contribuição do Estado tem levado o Iamspe a uma situação de profunda crise, gerando a decadência do atendimento aos servidores públicos estaduais.

2% já de contribuição do Estado para o Iamspe!

* Rosana Bicudo Silva é Coordenadora de Saúde do Sintunesp e membro da Comissão Consultiva Mista (CCM) do Iamspe